



Revista
de Psicologia
ISSN 2179-1740

O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO EM PORTO VELHO - RO

THE PSYCHIC SUFFERING OF UNEMPLOYED WORKERS IN PORTO VELHO – RO

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein¹

Anny Karoliny Sena de Oliveira²

Camila Raissa Vale Brandão³

Júlia Campos Quintão Ribeiro⁴

Karimy Kelly Bento dos Santos⁵

Milena Queiroz Dourado⁶

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar o sofrimento psíquico dos trabalhadores em situação de desemprego atendidos pelo Sistema Nacional do Emprego - SINE Municipal de Porto Velho - RO. Trata-se de uma pesquisa de cunho quantitativo, descritiva e transversal, com 50 trabalhadores em situação de desemprego. Aplicou-se uma entrevista sociodemográfica e o teste Self-Reporting Questionnaire - SRQ-20. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição. A amostra constituiu-se de 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino, 14% deles estavam a mais de um ano sem emprego e 84% estavam fazendo "bicos". Observou-se a prevalência de transtorno mental comum (TMC) em 50% dos trabalhadores, 75% apresentam humor depressivo/ansioso, 52% demonstram decréscimo de energia vital, 35% aparecem sintomas somáticos e 34% manifestam pensamentos depressivos. Os resultados demonstram elevadas prevalências de TMC e sintomas depressivos, ansiosos e somatoformes entre os trabalhadores em situação de desemprego no SINE. Conclui-se que, é importante direcionar ações de prevenção e enfrentamento ao cuidado com a saúde dos trabalhadores no estado.

Palavras-chave: Trabalho; desemprego; sofrimento psíquico.

Abstract

The objective of this study was to analyze the psychic suffering of workers in unemployment situations attended by the National System of Employee - SINE Municipal of Porto Velho - RO. It is a quantitative, descriptive and cross-sectional survey with 50 unemployed workers. A sociodemographic interview and the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) were applied. The study was approved by the Research Ethics Committee of the institution. The sample consisted of 60% male and 40% female, 14% of them were more than a year without work and 84% were making "beaks". The prevalence of common mental disorder (CMD) was found in 50% of the workers, 75% had depressed / anxious moods, 52% showed a decrease in vital energy, 35% had somatic symptoms and 34% had depressive thoughts. The results demonstrate a high prevalence of TMC and depressive, anxious and somatoform symptoms among unemployed workers in the SINE. It is concluded that it is important to direct actions of prevention and coping with the health care of workers in the state.

Keywords: Work; unemployment; psychic suffering.

¹ Professora associada do departamento de Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, Brasil. E-mail: vdalcastel@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5728-5161>

² Psicóloga, graduação em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, Brasil. E-mail: anny-sena@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4864-2905>

³ Psicóloga, graduação em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, Brasil. E-mail: camilarvbrandao@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9237-0548>

⁴ Psicóloga, graduação em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, Brasil. E-mail: juliabq@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5329-4856>

⁵ Psicóloga, graduação em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, Brasil. E-mail: karimy.kbs@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0506-0240>

⁶ Psicóloga, graduação em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, Brasil. E-mail: milenaqdourado@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0097-1363>

INTRODUÇÃO

Recentemente, o Brasil fez alterações no sistema de regulação social do trabalho e de sua proteção, que se construiu durante décadas na CLT e levou adiante um pacote de ajustes fiscais austeros aos direitos dos trabalhadores. A aprovação da nova legislação do trabalho no país, em 2017, alterou mais de 100 pontos na Consolidação das Leis Trabalhistas/ CLT e, com ela, intensificou formas mais flexíveis de contratação de força de trabalho temporário, tempo parcial, subcontratação (terceirização e quarteirização), contrato de trabalho intermitente que adotam métodos de produção mais ajustável ao mercado de trabalho. As alterações deram início a escalada de retrocessos e perda de direitos sociais e trabalhistas, introduzindo métodos de produção mais ajustável ao mercado de trabalho, trazendo, insegurança e medo quanto a perda do trabalho.

A flexibilização da legislação trabalhista agravaram, ainda mais, a situação do trabalhador no país. Somente no terceiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego fechou em 13,1%, foram 14, 1 milhões de pessoas em situação de desemprego. Trabalhadores e trabalhadoras com ou sem carteira assinada foram depostos de seus trabalhos, sendo que o setor privado e mais precisamente os setores do comércio e construção foram os que mais demitiram, seguidos da indústria, alojamento e alimentação, transporte, agricultura, pecuária, produção florestal pesca e aquicultura, serviços domésticos e informação, comunicação e atividades financeiras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

Neste período, o desemprego passa a assombrar o trabalhador brasileiro e tem-se uma nova dinâmica em curso, o avanço da informalidade e aumento da desigualdade de renda no país. A alternativa dos trabalhadores e trabalhadoras diante da baixa renda ou da falta de oportunidades de emprego formal, buscam a sobrevivência e complementação de renda através de trabalhos inseguros, precários e insalubres. Para Dowbor (2020) o mais grave é o imenso desemprego oculto representado pelas pessoas que já não mais se declaram na força de trabalho por terem desistido de procurar um emprego formal e sobrevivem no mundo das mais diversas formas, nos bicos e/ ou trabalhos terceirizados, pessoas que nunca chegaram a se empregar com proteção de direitos.

O cenário de deslegitimação e desregulamentação dos direitos trabalhistas ampliou-se ainda mais pelo atual contexto da nova Pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), Para justificar ajustes de enfrentamento de combate ao novo Coronavírus, o governo brasileiro, em 2020, retomou o pacote de medidas austeras através das Medidas Provisórias (MP) nº927/20 e nº936/20, para enfrentamento do estado de calamidade e emergência de saúde pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de Março de 2020. Com o pretexto de preservar os postos de trabalho e garantir o vínculo empregatício, as MPs autorizam, os empregadores a flexibilizar acordos trabalhistas. Assim, os contratos celebrados entre empregador e empregado alteram substancialmente o artigo 139 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 e ficam dispensados de comunicar as mudanças dos contratos de trabalho ao órgão local do Ministério da Economia e aos Sindicatos, legitimando a preponderância do negociado sobre o legislado.

As mudanças representaram o ponto culminante de uma escalada de ameaças, desgastes e perda de direitos aos trabalhadores. Os empregadores foram lançados a submeter-se a novas formas de trabalho, tais como teletrabalho, trabalho remoto, trabalho a distância e uberização do trabalho, proporcionada por aplicativos e plataformas digitais globais. Ainda, implementou-se formas de contratos de trabalho precários, com redução de direitos, dando liberdade ao patrão na negociação individual; reduziu garantias relativas ao salário, às férias, a

proteção às mulheres lactantes; incluiu medidas que facilitam a demissão e reduziu a possibilidade de o trabalhador (individual e/ou coletivamente) reclamar e negociar seus direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [Dieese]).

Para Antunes e Praun (2015) e Antunes (2020), os trabalhadores passaram a enfrentar a precarização e desproteção social das relações de trabalho e conviver com processos de intensificação do ritmo de suas atividades, práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautada na pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade, jornadas de trabalho diárias com até dezesseis horas de trabalho, maior insegurança e vulnerabilidade, com a condição de baixa (ou nenhuma) proteção do trabalho, como também enfrentar a situação de desemprego aberto oficial de mais de quatorze milhões de trabalhadores.

Consequentemente, as alterações ocorridas ultrapassaram e desafiam a compreensão que se tem sobre a relação da organização dos processos de trabalho e surgem novas fontes de problemas no processo saúde-doença. Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) assinalam que os efeitos do binômio terceirização/precarização, compromete o reconhecimento social na construção das identidades; dificulta o processo de identificação e a construção de si mesmo; provoca alienação/estranhamento do trabalho. Os efeitos políticos da nova “morfologia do trabalho” (Antunes & Praun, 2015, p. 425) se expressam na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada e têm convertido, paulatinamente, o ambiente de trabalho em espaços de adoecimento.

Considerando-se que o trabalho é um fator de reconhecimento da existência do ser humano, a perda dessa condição remete à falta do reconhecimento social, o que pode vir a produzir um mal-estar psicológico. Vários autores corroboram que a perda de emprego pode representar o ponto culminante de uma escalada de desgastes, configurando um verdadeiro trauma para a autoestima e, portanto, para a identidade, com consequente impactos à saúde mental (Wickert, 1999; Pinheiro & Monteiro, 2007; Piqueras Gómez, Rodríguez Morejón, & Rueda Sabater, 2008; Barros & Oliveira, 2009; Dejours, 1999; Buendía, 2010; Silva & Marcolan, 2015; Rodrigues, Souza-Uva, Fonseca, Marques, Pina, & Matias-Dias, 2017).

O desemprego para os trabalhadores surge então como uma violência que abala todos os seus sonhos, seus projetos, seu orgulho como provedor de si mesmo ou de sua família (World Health Organization [WHO], 2009; Heloani, 2016). Essa situação cria no trabalhador um sentimento de impotência em que este se vê excluído da realidade de trabalho. Com efeito, tanto a saúde como a doença mental tem correlação com as formas do homem sobreviver no processo societário vigente, sendo assim, o trabalho não é neutro com relação a saúde dos sujeitos, pode ter potencial de ser tanto fonte de prazer e/ou crescimento pessoal quanto gerador de sofrimento.

O sofrimento advindo da situação de desemprego, é assinalado por Dejours (1999, p. 19), pelo fato de que ele está excluído do mercado de trabalho. Segundo o autor, o indivíduo que “[...] não consegue empregar-se ou re-empregar-se e passa pelo processo de dessocialização progressivo, sofre. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade”. Para Pinheiro e Monteiro (2007), a perda de emprego pode representar o ponto culminante de uma escalada de desgastes, configurando um verdadeiro trauma para a autoestima e a identidade, interferindo na saúde mental.

Partindo da problemática apresentada, o estudo teve como objetivo analisar o sofrimento psíquico dos trabalhadores em situação de desemprego atendidos pelo Sistema Nacional do Empregado - SINE Municipal de Porto Velho – RO. Os resultados devem contribuir com as discussões acerca da saúde mental dos trabalhadores na região

Norte do Brasil e incentivar futuras pesquisas acadêmicas e institucionais, em que se possam buscar medidas de intervenção para prevenir o adoecimento psíquico e promover o bem-estar do trabalhador em situação de desemprego.

O sofrimento psíquico relacionado a situação de desemprego

De acordo com Coelho-Lima, Freire Costa e Bendassolli (2013), a psicologia passou a estudar o desemprego mundial no século passado, tendo como influência os ciclos de crises do capitalismo, nas quais as taxas de desemprego vinham aumentando significativamente, com influência, principalmente, das crises de 1929 e 1970.

O desenvolvimento do capitalismo fez com que o trabalho fosse estimado moralmente, desvalorizando, assim, os indivíduos que não estavam na posição de trabalhador, o que poderia vir a gerar impactos sociais e psicológicos.

No entanto, nem sempre o trabalho foi aceito como algo de tanta valorização social. Para os gregos, na Grécia Antiga, o trabalho era visto como função de desonra e de vergonha, nascendo e se desenvolvendo apenas com crescimento do capitalismo, concomitantemente ao crescimento do comércio. Desse modo, o indivíduo, que antes era valorizado pela sua tradição, passou a ser merecedor de respeito pela obtenção de um emprego.

Foi apenas com o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, com a redução de mão-de-obra humana que o desemprego passou a ser discutido de forma mais profunda, bem como suas conseqüências socioeconômicas e psicológicas, tanto no indivíduo quanto na sociedade, permitindo, dessa forma, a reflexão acerca daquele sujeito que não está inserido socialmente na cultura capitalista do trabalho (Wickert, 1999).

No Brasil, foi somente no final da década de 1980 que o desemprego ganhou dimensões ampliadas, alcançando o seu maior número na década de 1990. Em 2000, a taxa de desemprego começou a cair, e seus índices passaram a se assemelhar com os da década de 1980. Foi neste momento que a psicologia no Brasil passou a refletir sobre o desemprego no período em que este apresentou seu maior crescimento (Pochmann, 2015).

A questão do desemprego é algo preocupante na contemporaneidade, tornando-se ainda mais evidente diante da atual crise econômica-política que vem se desenvolvendo no Brasil com a desregulamentação dos direitos trabalhistas assegurados pela CLT e o atual cenário da nova pandemia em curso, o que contribuiu para o aumento do número de trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Diante deste cenário atual, percebe-se a importância de se repensar a relação entre população desempregada e saúde mental do trabalhador, tendo em vista que estudos vêm mostrando ser possível associar a situação de desemprego à propensão de sofrimento mental (Rodrigues, et al., 2017).

A relação do desemprego com o sofrimento mental do trabalhador se inicia ainda quando o sujeito se encontra em sua situação laboral, afetando-o de maneira significativa, mediante a possibilidade do desemprego. A eventual ruptura do trabalho pode acarretar, além das conseqüências materiais, efeitos no campo mental, afinal, o trabalho é também o meio de expressão existencial do sujeito.

Importante destacar a centralidade do trabalho na vida do sujeito em sociedade, o desemprego com o passar do tempo provoca a desestruturação dos laços afetivos e sociais, causando impactos profundos na autoestima dos indivíduos. Assim, as reações do desempregado à sua condição não são fruto apenas das perdas materiais que sofreu, mas também da impossibilidade de expressar-se, desenvolver-se e deixar sua marca no mundo (Lima &

Borges, 2002).

Estudos realizados por Schmidt, Januário & Rotoli (2018) identificaram fatores de sofrimento psíquico-social entre cem trabalhadores desempregados num município do estado de São Paulo. Os resultados concluíram que o desemprego pode gerar uma desorganização e desagregação na identidade construída pelo indivíduo, repercutindo na sua saúde mental e às relações sociais que dele decorrem. Os sintomas psíquicos caracterizavam-se por sentimentos de vergonha, incapacidade e tornar-se dependente de alguém ou de uma ajuda.

Além disto, o desemprego pode ser um dispositivo para a aparição dos primeiros problemas de saúde mental na vida de um sujeito. Os principais sintomas podem incluir ansiedade, isolamento, deterioração emocional, diminuição da autoestima, perda do sentido estruturante do tempo vital, apatia e indiferença, com diminuição das atividades cotidianas e da participação social e política, e até, quadros depressivos e ansiedade generalizada com riscos de suicídio (Granado, 2014; Tomás, Gutiérrez, & Fernández, 2017).

Partindo desses pressupostos, é possível afirmar que estar desempregado não é apenas um fator social comum, a falta do trabalho em si é altamente significativa para o indivíduo. Este processo da perda do trabalho pode ocorrer várias vezes ao longo da vida, porém a falta deste é sentida cada vez mais de forma dolorosa, pois, alguns fatores, como exemplo a idade, a falta de especialização e de perfil podem acarretar dificuldades expressivas para a obtenção de um novo vínculo empregatício.

Para Silva e Marcolan (2015), as experiências de sofrimento com sentimento de vazio, inutilidade, vergonha, tristeza, desespero, desvalorização, revolta, baixa autoestima e exclusão social estão presentes em trabalhadores em situação de desemprego, a influenciar a identidade do indivíduo, pois este passa a procurar em sua história de vida as causas que o levaram ao desemprego. O desemprego gera sofrimento pela vergonha de estar desempregado e insegurança de manter sua sobrevivência.

Vários estudos demonstram a relação de questões específicas do sujeito trabalhador com sua subjetividade nos processos de trabalho, bem como conteúdos relacionados à subjetividade, à identidade e às consequências da situação de desemprego à saúde mental (Tittoni, 1994; Nardi, 1999; Fonseca, 2000; Pinheiro & Monteiro, 2007; Silva & Marcolan, 2015; Schmidt, Januário, & Rotoli, 2018). Granado (2014), alerta dos impactos da perda do trabalho na vida dos sujeitos, para ele a situação de desemprego e a falta de uma política de proteção social-sanitária, será cinco vezes maior de adoecer por problemas mentais do que os trabalhadores com proteção social e atenção sanitária à saúde.

Contudo, de acordo com Coelho-Lima et al. (2013), na América Latina, a produção científica acerca da temática teve maior atenção na busca das relações entre as características e os comportamentos dos desempregados e sua permanência no desemprego, que foram mantidas nos anos de 1990. As consequências dessa situação não se limitam somente aos efeitos psicológicos, mas ao âmbito da saúde física. A elevação do estresse e a deterioração psicológica podem provocar um aumento da morbidade cardiovascular e a utilização de serviços assistenciais e atenção sanitária com maiores taxas de mortalidade Carlotto & Gobbi (2001); Iribarria, Ruiz, Pardo, & Martín (2002); Pérez (2007); Granado (2014).

Os autores afirmam que no Brasil também vêm aumentando pesquisas que buscam compreender a dinâmica do desemprego. No entanto, o tema ainda é pouco discutido academicamente, não tendo a importância merecida que a temática deveria ter, o que torna evidente a precariedade de estudos teóricos e de engajamento prático da atuação do psicólogo com o foco para o trabalhador em situação de desemprego.

Em busca de dados sobre a produção científica do desemprego na região Norte do Brasil, Coelho-Lima et al. (2013) mostram que nesta região, até o ano de 2013, não apresentou nenhuma investigação acerca da temática, o que mostra a necessidade e importância desta pesquisa. Essa escassez de estudo pode ser compreendida pelo histórico de estruturação da psicologia neste lugar e pelo cenário socioeconômico brasileiro.

Todavia, estas questões apresentadas não podem ser utilizadas como justificativas para a escassez e descaso para com o desenvolvimento de estudos e pesquisas, assim como atividades práticas psicoterápicas, sobre o impacto social e psicológico que o desemprego pode causar aos indivíduos em situação de desemprego. Assim, corrobora Schmidt (2004) sobre a importância do foco de estudo teórico e atendimento prático: “[...] como morada, repouso e suporte, respondendo à situação existencial de desenraizamento, solidão, desamparo e desesperança relacionada às insatisfações no trabalho e ao desemprego” (p.8).

Portanto, a psicologia, quando dá esse suporte ao sujeito trabalhador ou em situação de desemprego, busca propiciar um espaço de contraponto vivenciado por eles, um espaço de acolhimento, de escuta, para Schmidt (2004) deve ser “um suporte para o pensar, o brincar, o representar, o experimentar.” (p.9).

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de cunho quantitativo, descritivo e transversal. De modo complementar foi aplicado um questionário sociodemográfico com aspectos qualitativos.

Participantes

A pesquisa foi realizada com trabalhadores que foram em busca de uma vaga no Sistema Nacional do Empregado - SINE Municipal, de Porto Velho - RO, em dezembro de 2016. De forma voluntária, 50 trabalhadores em situação de desemprego aceitaram participar da pesquisa. Os critérios de inclusão foram ser maior de idade; ter capacidade física e mental para responder os questionários; ter aceitado voluntariamente participar da pesquisa após a explicação dos objetivos do trabalho, do sigilo e anonimato; estar em situação de desemprego; e possuir cadastro no SINE Municipal da cidade de Porto Velho - RO.

Instrumentos

Para o levantamento de dados dos trabalhadores, em situação de desemprego, foram utilizados como instrumentos a entrevista sociodemográfica e o teste *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). Em relação ao SRQ-20, que utiliza o conceito de Transtornos Mentais Comuns (TMC), é importante salientar que o objetivo proposto não é uma patologização, nem um enquadramento em algum psicodiagnóstico, mas usar esse conceito como instrumento para verificar o nível de sofrimento mental apresentado em indivíduos desempregados.

O teste SRQ é um questionário de identificação de distúrbios psiquiátricos em nível de atenção primária, foi desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde, e utilizado para suspeição diagnóstica de transtornos mentais. Foi avaliado e validado no Brasil por Santos, Araújo, Pinho & Oliveira (2009), é composto por 20 questões elaboradas para detecção de distúrbios “neuróticos”, denominados atualmente de transtornos mentais comuns, sendo estes

caracterizados por sintomas não psicóticos como: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas.

Para a prevalência de TMC, utiliza-se a pontuação de sete ou mais respostas afirmativas (sim) que valem um ponto cada uma. Este escore foi obtido pela determinação da sensibilidade, especificidade e dos valores preditivos e negativos em outras amostras. Este ponto de corte permite a obtenção de dois grupos: de um lado, os indivíduos com maior probabilidade de ter transtorno mental comum e, de outro, um grupo com maior probabilidade de não o ter. O teste ainda possibilita agrupar os sintomas por categorias, sendo elas: o humor depressivo/ansioso, decréscimo de energia vital, sintomas somáticos e pensamentos depressivos, possibilitando com isso uma visão mais ampla dos resultados.

Ainda, de modo complementar foi aplicado aos participantes um questionário sociodemográfico com questões estruturadas e semiestruturadas, que abordaram os seguintes itens: estado civil, sexo, idade, filhos, renda familiar, provedor, com quem reside, escolaridade, profissão, se recebe seguro desemprego, se faz algum trabalho informal, mecanismos já utilizados para a busca de emprego, última ocupação, tempo de desemprego, motivos do desligamento no último trabalho, sentimentos e dificuldades relacionadas ao desemprego. A entrevista foi realizada na própria agência do SINE municipal e alguns participantes, mesmo concordando em participar do estudo, não responderam todas as questões descritivas propostas no questionário.

Procedimentos de coleta e análise dos dados

O contato com a instituição onde a pesquisa foi realizada ocorreu em três ocasiões, primeiramente com a coordenadora do local para uma conversa inicial sobre os objetivos do projeto e a viabilidade de realização no local. Após esse primeiro contato e o estabelecimento de vínculo com os dirigentes e funcionários, deu-se início à execução do projeto, mediante a entrega da documentação necessária para a realização.

O projeto de pesquisa passou pela aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), sendo ainda autorizado pela coordenação do SINE e da Secretaria Municipal de Turismo (SEMDESTUR), onde o SINE é vinculado. Todos os participantes que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como procedimento ético os depoimentos foram codificadas por números com objetivo de manter o anonimato.

Para a análise dos dados obtidos do SRQ-20, foi utilizado o programa o *software* Statistic Package for Social Sciences (SPSS), versão 20.0, com descrição das variáveis qualitativas de frequência e porcentagem dos dados, para, em seguida, serem gerados as tabelas. Já para análise das respostas descritivas contidas no formulário sociodemográfico aplicado aos participantes foi realizado análise de conteúdo de Bardin (2016), com a pré-análise dos depoimentos, a exploração do material, o tratamento dos resultados e a interpretação.

RESULTADOS

As características sociodemográficas da amostra foi constituída por homens e mulheres em situação de desemprego (Tabela 1), 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino, sendo 58% desses trabalhadores solteiros e 22% casados. A idade variou entre 18 e 51 anos, sendo que a maioria em idade madura, dos 31 aos 45 anos,

segundo a classificação gerontológica, proposta pela Organização Nacional de Saúde (OMS). A grande maioria da população possui ensino médio completo (62%) e muitos possuem cursos de qualificação, cursos técnicos e preparatórios (84%). Cerca de 20% da população estudada apresentou renda familiar de, aproximadamente, menos de um salário mínimo. Quanto às condições de moradia, 68% possuíam casa própria.

Ao que se refere ao tempo de desemprego, 30% da população estava a menos de um mês em situação de desemprego. Em contrapartida, cerca de 14% estava desempregado há mais de um ano. Como forma de garantir o seu sustento e de suas famílias, cerca de 84% da amostra trabalhou ou trabalha fazendo “bicos” em diversas áreas.

Na aplicação do SRQ-20, observou-se que 25 dos 50 trabalhadores apresentaram prevalência de transtornos mentais comuns - TMC e sintomas depressivos, ansiosos ou somatoformes (Tabela 2). Neste resultado foi possível verificar que 25 trabalhadores em situação de desemprego (50%), cadastrados no SINE Municipal de Porto Velho, apresentaram um quantitativo de respostas positivas, igual ou superior a 7, demonstrando possuir maior probabilidade de ter transtorno mental comum (TMC). Foi possível verificar, entre os sintomas agrupados em categorias, a predominância do grupo do humor depressivo/ansioso (75%), seguido do decréscimo de energia vital (52%), sintomas somáticos (35%) e pensamentos depressivos (34%).

Em relação ao sofrimento mental (Tabela 3), verificou-se que, destes 50% que apresentaram TMC, os principais sintomas do grupo humor depressivo/ansioso está o nervosismo, tensão e preocupação (96%), seguido do sentimento de tristeza (92%). Nos sintomas do grupo de decréscimo de energia vital, evidenciaram-se as dificuldades em tomar decisões (68%) e ter satisfação em suas tarefas (64%). Em relação ao grupo de sintomas somáticos destacou-se a frequência como dormem mal (72%), seguido de dores de cabeça frequentes (60%). Na categoria de pensamentos depressivos, os principais sintomas encontrados foram o sentimento de inutilidade (44%) e a perda de interesse pelas coisas (44%).

Observa-se que a frequência e a distribuição dos sintomas dos Transtornos Mentais Comuns/TMC, dos trabalhadores em situação de desemprego, é identificado a partir de quatro grupos: humor depressivo/ansioso, sintomas somáticos, decréscimo de energia vital e pensamentos depressivos. No primeiro grupo, observou-se a predominância de sintomas como sente-se nervoso, tenso ou preocupado (96%), assusta-se com facilidade, (60%) e sente-se triste ultimamente (92%). No segundo, aparecem as dores de cabeça frequentes, em (60%) dos respondentes, dorme malcom (72%), sente desconforto estomacal (40%), má digestão (40%), falta de apetite (32%) e tremores nas mãos (24%). No terceiro, cansa-se com facilidade (56%), dificuldade em tomar decisão (68%), dificuldades de ter satisfação em suas tarefas (64%), o trabalho/ocupação traz sofrimento (24%), sente-se cansado todo o tempo (40%) e dificuldade de pensar claramente (60%). No último grupo, com pensamentos depressivos destaca-se: é difícil sentir-se útil /importante (28%), sente-se inútil/sem importância (44%), perdeu o interesse pelas coisas (44%) e pensa em dar fim à vida (20%).

Como forma de complementar os dados e possibilitar melhor avaliação do sofrimento mental apresentado pelos trabalhadores em situação de desemprego, foram colhidos depoimentos referentes às principais dificuldades e sentimentos vivenciados em decorrência da situação de desemprego. De acordo com as respostas apresentadas, a principal dificuldade encontrada entre os participantes foi a manutenção da sobrevivência, ou seja, prover seu sustento financeiro e da família com alimentação e transporte e manutenção dos estudos e investir em processos de capacitação. Outros destacam que, as principais preocupações está na concorrência, falta de qualificação, experiência, idade, de encontrar vagas para a área de atuação, ainda: “As empresas não aceitam porque está

estudando, fazendo estágio” (P30); “A idade atrapalha, pois preferem contratar os mais novos” (P23); “Me sinto discriminado por ser uma pessoa com deficiência” (P6). As situações descritas dificultam a reinserção no mercado de trabalho e ampliam os riscos à problemas de subsistência, tornando-os dependentes de familiares e amigos.

Ao que se refere aos principais sentimentos vivenciados por essa população, a tristeza foi o sentimento que mais apareceu entre os participantes, seguido pelo sentimento de preocupação, frustração, nervosismo, tristeza, medo, raiva, ansiedade, sem esperança, desânimo, angústia e impotência, bem como dificuldade para dormir. Alguns depoimentos dão uma dimensão do impacto à saúde física e mental decorrente da situação de desemprego em suas vidas: “Me sinto constrangida, coagida pelas cobranças” (P21); “Me sinto para baixo, triste, preocupada com as contas chegando, nervosa e ansiosa. Estou doente, com pressão alta e cardíaca” (P23); “Abandonado pelo Governo” (P33); “Triste, é difícil procurar e não conseguir. Me sinto dependente, sufocada” (P22); Tristeza por estar desempregado, ansioso por investir em educação e em cursos profissionalizantes” (P45)

Fico triste de não poder dar para os filhos o que eles querem, de não poder comer aquilo que sentem vontade. A uns quatro anos atrás pensei em dar os filhos para o Conselho Tutelar, se matar. Não aguentava mais sentir cobrada pelos filhos e não poder fazer nada, mas com ajuda da assistente social e psicóloga consegui superar essa fase. (P25)

Dos cinquenta trabalhadores que concederam entrevista apenas 9 trabalhadores (18%) receberam seguro desemprego e 41 deles (82%) não receberam qualquer auxílio governamental. Sobre as empresas nas quais trabalhavam, 29 (58%) declararam que foram demitidos e 21 (42%) pediram demissão. As demissões para 50% deles, foi em cima de justificativas de redução do quadro de funcionários e relacionamento com colegas e chefia, alguns relataram outras causas como gravidez, perda familiar e extinção de função de encanador. Os motivos mais prevalentes entre aqueles que pediram demissão, foram dificuldade de relacionamento com a chefia salário baixo, pressão psicológica e sobrecarga.

DISCUSSÃO

A partir da apresentação dos dados, percebe-se que a maior parte dos indivíduos que estão em situação de desemprego é do sexo masculino, no entanto essa diferença foi apenas de 10% em relação as mulheres, demonstrando que tanto homens como mulheres podem vir a apresentar sofrimento psíquico significativo com a perda da atividade laboral. Um dado importante encontrado foi o alto nível de escolaridade e a grande quantidade de cursos profissionalizantes realizados pelos colaboradores da pesquisa, contrapondo-se a relação que vincula o desemprego com a baixa escolaridade.

Os resultados apontam que a boa qualificação e a escolarização dos participantes revelam a subutilização das capacidades produtivas da população num estado da região Norte, sendo que as empresas não dispõem de empregabilidade mesmo com Currículos qualificados. Sobre estas mudanças, Dowbor (2020) explica que a qualificação foi importante para a Quarta Revolução Industrial, agora na revolução tecnológica e digital não ajuda mais. Em consequência destas alterações o desemprego, a informalidade e a precarização das relações de trabalho e inovações tecnológicas se impõe pela via da terceirização, da subcontratação, do *part-time*, do emprego temporário do trabalho, do trabalho “uberizado” sem vínculo formal de emprego (p. 280).

A grande maioria dos participantes da pesquisa estavam em situação de desemprego há pelo menos um mês ou entre quatro a seis meses, no qual foi possível constatar que quanto menor era o tempo em situação de desemprego maior era a apresentação de sentimentos positivos e perspectiva de mudança quanto a esta situação, enquanto que os que estavam há mais tempo desempregados sentiam-se menos esperançosos quanto à possibilidade de obtenção de um novo emprego e demonstraram mais pensamentos negativos em relação a si mesmo e a situação em que estavam vivenciando. Portanto, percebe-se que a procura durante meses por emprego pode vir a afetar a saúde mental dos trabalhadores desempregados, causando a origem de pensamentos negativos, tais como desmotivação, desânimo e baixa autoestima. O tempo de permanência sem emprego pode ser um dispositivo negativo à saúde mental para os trabalhadores em situação de desemprego da região Norte. Resultados semelhantes foram encontrados nas pesquisas desenvolvidas por Silva e Marcolan (2015) e Schmidt, Januário e Rotoli (2018).

Outra questão de importância verificada foi a busca de empregos informais, em que grande porcentagem dos entrevistados apontou fazer “bicos”, vislumbrando nesse tipo de serviço o capital que precisa para a manutenção de sua sobrevivência e de sua família. Os trabalhos informais em épocas de crise econômica e sanitária tornam-se opções alternativas na busca de renda, no entanto, esta forma de trabalho pode se tornar um risco, pois não tem amparo das leis trabalhistas.

Para Dowbor (2020) a informalidade no Brasil vem tornando-se alternativa dos trabalhadores diante das situações de baixa renda e falta de oportunidade de emprego formal. Os autores estimam que 40% da população brasileira ativa, ou seja 40 milhões estão no setor informal, se virando e fazendo “bicos”, para sobreviver, sem proteção de seus direitos. Antunes (2020) alerta que, a nova pandemia da COVID-19 agravou a situação de desemprego e aumentou o volume de trabalhadores e trabalhadoras que, por desalento, passaram experimentar a uberização do trabalho pelas vias da informalidade.

O impacto desta realidade pôde ser observada nos resultados do estudo entre trabalhadores desempregados, o questionário do SRQ-20 detectaram prevalência de 50%, ou seja, metade da população entrevistada apresentou sofrimento psíquico elevado, revelando maior probabilidade de ter um TMC. Este dado entra em conformidade com resultados de estudos sobre os efeitos psicológicos do desemprego, tais como Argolo & Araújo (2004), Gascón et al (2003) e Granado (2014), que apresentaram maior deterioração do bem-estar psicológico, com consequente riscos para a saúde mental dos afetados quando submetidos a formas precárias de sobrevivência.

Segundo Buendía (2010), a primeira reação do trabalhador é de choque, de sentimento de desorientação e confusão, acompanhado de uma sensação de fracasso e de incapacidade de fazer planos para o futuro. Com a falta de recursos suficientes para sobrevivência adequada, a estrutura individual e familiar desse sujeito é desequilibrada com a perda da fonte de sustento, o salário. Prover o próprio sustento e de sua família tem sido umas das maiores dificuldades enfrentadas pelos participantes da pesquisa, conforme apresentaram em seus depoimentos.

Em muitos casos, o trabalhador sente-se na obrigação de levar sustento para sua casa, e por toda uma pressão, tanto da família quanto do próprio trabalhador desempregado, a saúde mental, que parecia equilibrada, se desestrutura, ocasionando fatores de risco para um Transtorno Mental Comum. No entanto, sabe-se que o sofrimento mental também pode acontecer com um trabalhador ativo e, dependendo do transtorno e da forma com que é tratado, o trabalhador pode permanecer com o transtorno mesmo não estando naquele local de trabalho, onde foi a causa ou a “gota d’água” para tal psicopatologia.

O SRQ-20 também trouxe uma análise realizada em categorias, sendo elas: humor depressivo/ ansioso, decréscimo de energia vital, sintomas somáticos e pensamentos depressivos. A análise da categoria inserida no humor depressivo/ ansioso mostrou que a maior parte deles afirmou sentir-se nervoso, tenso ou preocupado e abatido pelo sentimento de tristeza, ainda confirmando esses sentimentos em seus discursos quando questionados quais eram os principais sentimentos vivenciados em decorrência do desemprego. Essa alta porcentagem corrobora com Buendía (2010), ao afirmar que a presença de alterações psicológicas, especialmente de índole depressiva na população de desempregado, tem atraído a atenção de investigadores das ciências sociais e da saúde.

Num estudo realizado em Portugal, por Rodrigues et al. (2017), demonstrou-se que a taxa de incidência de depressão e do desemprego em Portugal entre 1995 e 2013, apresentou correlação positiva entre taxa de incidência de depressão e taxa de desemprego naquele país, sendo esta significativa apenas para o sexo masculino. Estimou-se, para este sexo, um aumento de 37 novos casos de depressão por 100.000 habitantes a cada 1% de aumento da taxa de desemprego entre 1995 e 2013. Os resultados obtidos sugerem que a evolução do desemprego em Portugal poderá ter tido um impacto não desprezável no nível de saúde mental dos portugueses, em especial no sexo masculino.

No Brasil, a relação entre depressão e desemprego também foi observada no estudo de Peluso e Blay (2008); foi realizado um inquérito domiciliar em 2002, com amostra probabilística de 500 indivíduos residentes na cidade de São Paulo, com idade entre 18 e 65 anos. Foram avaliaram os sintomas de depressão e associação com possíveis causas. Os autores concluíram que o desemprego influencia no estado de depressão.

Com relação à categoria do decréscimo de energia vital, os que se destacaram com maior resposta dos participantes foram as dificuldades de tomar decisões, a dificuldade de ter satisfação em suas tarefas, e cansa-se com facilidade. Entre os sintomas somáticos que obtiveram maior porcentagem foram dormir mal e dores de cabeça frequente. A última categoria, pensamentos depressivos, teve como dois sintomas mais citados a perda de interesse pelas coisas e sentimento de se sentir inútil, sem importância. Os resultados confirmam conclusões apresentadas nos estudos realizado por Tomás, Gutiérrez e Fernández (2017) e Schmidt, Januário e Rotoli (2018), de que o desemprego influencia no decréscimo de energia vital e afeta o bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

Correlacionando os dados obtidos do SRQ -20 e da entrevista sociodemográfica, pode-se observar que, independente da faixa etária, sexo, nível de escolaridade e do tempo de desemprego, metade dos trabalhadores que se encontram na situação de desemprego apresenta um abalo em sua identidade e também aumento do nível de sofrimento e estresse causado pela situação em que se encontram.

Quando o trabalhador está na situação de desemprego, o mesmo fica desacreditado com relação as suas potencialidades e seus sonhos, pois a falta do trabalho pode desequilibrar sua autoestima. Para que não haja desequilíbrio na autoestima, assim como na sua vida financeira, muitos trabalhadores vão em busca de emprego, por meio da distribuição de currículos nas empresas e afins, e também efetivam o seu cadastro no SINE, já que para muitos trabalhadores o SINE é uma esperança para a volta da sua atividade laboral. Porém, nem sempre essas opções são satisfatórias, podendo buscar um trabalho informal.

Por meio da pesquisa, foi possível observar que o sentido de estar desempregado pode variar de acordo com cada indivíduo, já que o trabalho está inserido na história do trabalhador. Segundo Gascón et.al (2003), a situação de desemprego, igual a qualquer outra situação estressante, é vivida e interpretada de maneira diferente por cada pessoa, de acordo com uma série de circunstâncias individuais. Sendo então os tipos de recursos disponíveis, relação

família, apoio social pode ser um dos fatores determinantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a presente pesquisa buscou analisar o sofrimento psíquico dos trabalhadores em situação de desemprego atendidos por um SINE municipal da região Norte do país, pode-se afirmar que quanto maior o tempo em situação de desemprego mais demonstram frequência e intensidade de sofrimentos relacionados à baixa autoestima, humor depressivo, estresse, ansiedade, sentimentos de vergonha, tristeza, inutilidade e distúrbios no sono. Sendo assim, a relação do desemprego com o sofrimento mental mostrou-se significativo em 50% dos trabalhadores que apresentaram TMC.

O trabalho tem importante papel na vida de qualquer indivíduo, já que é por meio do trabalho que muitas famílias buscam sobreviver, além do trabalho ser visto pelo sujeito como um agente produtivo, que colabora com a sociedade de forma ativa, ou seja, o trabalho fazendo “bicos” é visto como um “não trabalho”, é vivido pelo indivíduo como um abalo à identidade do trabalhador. Além disso, a realização de trabalhos inseguros e insalubres expõe os trabalhadores a perigos que podem afetar a sua saúde física e mental.

Embora o estudo tenha tido como limitação o pequeno número de participantes, o que certamente traria mais informações sobre o tema, a análise dos resultados das dimensões dos questionários evidenciaram que, no grupo estudado, o fator psíquico é mais afetado pelo desemprego, em função dos principais sentimentos destacados, como preocupação, frustração, nervosismo, tristeza, medo, raiva, ansiedade, desesperança, desânimo e angústia, impotência e relatos de autoestima baixa.

Dado o exposto, o estudo contribui para discussões acerca do sofrimento psíquico relacionado à situação de desemprego na região Norte do Estado brasileiro e aponta a importância dos SINEs (municipal e estadual) em desenvolver ações de escuta clínica do sofrimento psíquico e promover o bem-estar do trabalhador em situação de desemprego. Além de conhecer melhor a situação de desemprego, com possibilidades de formação de políticas públicas a serem oferecidas, a fim de criar propostas conjuntas para o enfrentamento do desemprego e o impacto emocional na vida profissional. A atenção psicológica é apenas uma opção contra os problemas provocados pelo desemprego, pois a questão deste vai muito além da subjetividade do indivíduo desempregado, mas também abrange toda uma sociedade e o seu modo de pensar com relação ao desemprego.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, 123, 407-427. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300407&lng=pt&nrm=iso.
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo.
- Argolo, J. C. T. & Araújo, M. A. D. (2004). O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 161-182. Recuperado de

<https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552004000400009>

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto, A. Pinheiro, Trad.). Edições 70.

Barros, C. A. de. & Oliveira, T. L. de. (2009). Saúde mental de trabalhadores desempregados. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 9(1), 86-107. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&tlng=pt

Buendia, J. (2010). *El impacto psicológico del desempleo*. Murcia: Editum.

Carlotto, M.S. & Gobbi, M.D. (2001). Desempleo y síndrome de burnout. *Revista de psicología* (Chile), X(1), 131-139. Recuperado de <https://revistapsicologia.uchile.cl/index.php/RDP/article/view/18558/19591>

Coelho-Lima, F., Freire Costa, A. L. & Bendassolli, P. F. (2013). A produção científica da Psicologia brasileira acerca do desemprego. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1283-1299. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-92672013000400022&lng=pt&tlng=pt.

Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2018). Precarização do trabalho avança sobre setores e ocupações mais estruturadas. *Boletim Emprego em Pauta*, 7, 1-4. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta7.html>

Dowbor, L. 2020. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições SESC São Paulo.

Fonseca, T. M. G. (2000). *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis: Vozes.

Franco, T., Druck, G. & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>. Acesso em 15 de mar. 2018.

Gascón, S.; Olmedo, M.; Bermúdez, J.; Campayo, J. García & Ciccotelli, H. Estrés por desempleo y salud. (2003). *Cuadernos de Medicina Psicosomática y Psiquiatria de Enlace*, 66, 9-18. Recuperado de <http://www.editorialmedica.com/download.php?idart=147>

Granado, A. E. (2014). Crisis económica, políticas, desempleo y salud (mental). *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria*, 34, (122), 385-404. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.4321/S0211-57352014000200010>

Heloani, J. R. M. (2016). Histórico das relações de trabalho e seu reflexo na organização e gestão laboral. In K. B. K. B. Macêdo, J. G. de, Lima, A.R. D. Fleury & C. M. S. Carneiro (Org.), *Organização do trabalho e adoecimento: uma*

visão interdisciplinar (pp. 67-91). Goiânia: PUC Goiás.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Desemprego*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Iribarría, J.A. del P., Ruiz, M. A., Pardo, A. & Martín, R. S. (2002). Efectos de la duración del desempleo entre los desempleados. *Psicothema*, 14, 440-443. Recuperado de <http://www.psicothema.com/pdf/745.pdf>

Lei nº 13.467, 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Presidência da República, Brasília, DF, 13 jul. 2017. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

Lima, M. E. A. & Borges, A. F. (2002). Impactos psicossociais do desemprego de longa duração. In I.B. Goulart (Org.), *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Medida provisória nº 927, 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Presidência da República, Brasília, DF, 22 mar. 2020. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>

Medida provisória nº 936, 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Presidência da República, Brasília, DF, 1º de abr. 2020. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>

Nardi, H. C. (1999). *Saúde e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz.

Peluso, É. de T. P. & Blay, S. L. (2008). Percepção da depressão pela população da cidade de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 42(1), 41-48. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008000100006>

Pérez, S. M. (2007). Diferencias individuales de los desempleados y constructos motivacionales: una relación de interdependencia predictora del desempleo estructural. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, 21(3), 269-297. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=231317624005>

Pineiro, L. R. S. & Monteiro, J. K. (2007). Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 10(2), 35-45. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000200004&lng=pt&nrm=iso

Piqueras Gómez, R., Rodríguez Morejón, A. & Rueda Sabater, C. (2008). Expectativas y duración del desempleo. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, 24(2), 129-151. Recuperado de http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1576-59622008000200001&lng=pt&lng=es

Pochmann, M. (2015). Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos Avançados*, 29(85), 7-19. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500002>

Rodrigues, A. P., Sousa-Uva, M., Fonseca, R. M., Marques, S., Pina, N. & Matias-Dias, C. (2017). Depression and unemployment incidence rate evolution in Portugal, 1995–2013: General Practitioner Sentinel Network data. *Revista de Saúde Pública*, 51, 1-7. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/140982/136047>

Santos, K. O. B., Araújo, T. M. de Pinho, P. de S. & Oliveira, N. F. de. (2009). Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(1), 214-222. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000100023>

Schmidt, M. L. G. M., Januário, C. A. R. M., Rotoli, L. U. M. (2018). Sofrimento psíquico e social na situação de desemprego. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21(1), 73-85. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p73-85>

Schmidt, M. L. S. (2004). Clínica psicológica, trabalho e desemprego: considerações teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 7, 1-10. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v7i0p1-10>

Silva D. A. & Marcolan J. F. (2015). Desemprego e sofrimento psíquico em enfermeiras. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68(5), 493-500. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680502i>

Tittoni, J. (1994). *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz.

Tomás, J. M., Gutiérrez, M., & Fernández, I. (2017). Consecuencias del desempleo en la salud mental de una muestra de jóvenes angoleños. *Escritos de Psicología*, 10(1), 58-68. <https://dx.doi.org/10.5231/psy.writ.2017.11511>

Wickert, L. F. (1999). O adoecer psíquico do desempregado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19(1), 66-75. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931999000100006>

World Health Organization. (2009). The financial crisis and global health report of a High-Level Consultation (Vol.1). Geneva: WHO. Recuperado de http://www.who.int/mediacentre/events/meetings/2009_financial_crisis_report_en_.pdf

Lista de Anexos

Tabela 1 - Principais características sociodemográficas da população adulta de trabalhadores em situação de desemprego.

Dados		Resultados (%)
Sexo	Masculino	60
	Feminino	40
Estado civil	Solteiro (a)	58
	Casado (a)	22
	Divorciado (a)	10
	União estável	8
	Viúvo (a)	2
Faixa etária	18 aos 30 anos	42
	31 aos 45 anos	52
	46 aos 60	6
Escolaridade	Fundamental incompleto	10
	Fundamental completo	6
	Ensino médio incompleto	2
	Ensino médio completo	62
	Ensino superior incompleto	14
	Ensino superior completo	6
Possui cursos profissionalizantes	Sim	84
	Não	16
Tempo de desemprego	Até 1 mês	30
	1 a 3 meses	12
	4 a 6 meses	18
	7 a 9 meses	10
	10 a 12 meses	14
	Mais de 12 meses	14
Trabalhou fazendo “bicos”	Sim	84
	Não	16

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2016)

Tabela 2 - Prevalência de TMC e categorias de sintomas psíquicos dos trabalhadores em situação de desemprego (n=25), de acordo com o SRQ-20.

Respostas Afirmativas		(%)
Sintomas	SRQ ≥ 7	50
	Humor Depressivo/Ansioso	75
	Sintomas Somáticos	44
	Decréscimo de Energia Vital	52
	Pensamentos Negativos	34

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2016)

Tabela 3 - Distribuição dos sintomas dos Transtornos Mentais Comuns dos trabalhadores em situação de desemprego (itens do SRQ20) (N=25).

Sintomas	Itens do SRQ-20	Afirmativas (%)
Humor Depressivo/ansioso	Sente-se nervoso, tenso ou preocupado	96
	Assusta-se com facilidade	60
	Sente-se triste ultimamente	92
	Chora mais do que de costume	52
Sintomas Somáticos	Dores de cabeça frequentes	60
	Dorme mal	72
	Sente desconforto estomacal	40
	Má digestão	40
	Falta de apetite	32
	Tremores nas mãos	24
Decréscimo de Energia Vital	Cansa-se com facilidade	56
	Dificuldade em tomar decisão	68
	Dificuldades de ter satisfação em suas tarefas	64
	O trabalho/ocupação traz sofrimento	24
	Sente-se cansado todo o tempo	40
	Dificuldade de pensar claramente	60
Pensamentos Depressivos	É difícil sentir-se útil /importante	28
	Sente-se inútil/sem importância	44
	Perdeu o interesse pelas coisas	44
	Pensa em dar fim à vida	20

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2016)